

Movimento Zapatista: entre a política das armas e as armas da política

Lucas Gebara Spinelli

Resumo

Esse artigo busca explorar as tensões entre legalidade e ilegalidade, aceitação e repressão dos movimentos sociais pelo Estado, a partir da análise da trajetória do zapatismo em suas relações com os representantes do governo mexicano, do sistema político e da sociedade civil. Utilizaremos a noção de política cultural dos movimentos sociais para pensar a atuação do movimento na sociedade civil; em seguida empregaremos a noção habermasiana de esfera pública em oposição ao Estado e ao Mercado, analisando os escritos do líder do EZLN sobre a esquerda institucional (partidária) e a disputa eleitoral e a sua delimitação em oposição ao sistema político. Em seguida faremos um breve levantamento da política de repressão oficial e paramilitar contra as comunidades indígenas e a militância zapatista e, por fim, terminamos por problematizar os limites da autonomia zapatista. Como complemento à noção de política cultural do movimento social, e crítica à normatividade da esfera pública habermasiana, defendemos um resgate da dimensão histórica e geográfica do poder do Estado e do Mercado, evidenciada pela repressão cirúrgica contra a autonomia política das comunidades zapatistas.

Palavras-chave: zapatismo, sociedade civil, Estado.

Palavras das armas ou armas da palavra?

Quando apareceu na cena política mexicana em 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) lançou um chamado ao povo mexicano convocando-o a apoiar sua luta. A *Declaração da Selva Lacandona* falava da resistência secular contra a colonização espanhola, reivindicava a herança revolucionária de Emiliano Zapata e Pancho Villa e da luta popular contra a ditadura de Porfirio Díaz no início do século, até chegar aos anos 90, responsabilizando a classe política dominante no México pela miséria dos povos indígenas de Chiapas. Conside-

ravam que a via armada era a única saída possível contra uma “camarilha de traidores” da revolução mexicana, donos do poder há mais de 70 anos, em clara alusão ao Partido Revolucionário Institucional. Sua meta era a formação de um governo de transição democrática e a renúncia do presidente Carlos Salinas.

Segundo Figueiredo (2003), os zapatistas buscavam forçar uma “desestabilização do regime que rompesse a lógica do poder instituído e o levasse a ceder espaço para os setores democráticos” (p. 180). Ao mesmo tempo, a resposta do exército mexicano prometeu esmagar o EZLN em poucos dias, com 150 rebeldes, 24 policiais e 19 militares mortos contabilizados segundo estimativas oficiais, do levante à trégua. A guerra aberta contra o exército revelava-se arrasadora para os rebelados, mas o impacto público do conflito foi responsável por uma onda de mobilização social.

Além de manifestações políticas violentas (bombas e ameaças a prédios públicos e infraestrutura de serviços do país) assumidas por grupos simpatizantes do zapatismo, marchas e mobilizações pacíficas a favor das demandas do EZLN também começaram por todo o México (FIGUEIREDO, 2003). Intelectuais, religiosos, políticos e articulistas tiveram espaço na imprensa para se manifestar sobre o ocorrido. Para a mediação do conflito foi sugerido o nome do bispo de San Cristóban de Las Casas, Samuel Ruiz, ligado à ala progressista da Igreja Católica. Jornais de esquerda traziam notícias da frente de batalha, enquanto missões humanitárias tentavam ultrapassar o cerco militar ao EZLN. O líder do Partido da Revolução Democrática (PRD), Cuauhtémoc Cárdenas, sugeriu declaração de cessar-fogo unilateral por parte do governo do México. Nas ruas da Cidade do México, uma passeata organizada pelo Movimento Proletário Independente do Estado de Puebla e pelo Sindicato Único dos Trabalhadores do Autotransporte Urbano Rota 100 juntou 10 mil manifestantes reivindicando o reconhecimento do EZLN como “força beligerante”. Organizações e personalidades internacionais comentaram o conflito (prêmio Nobel da Paz, presidentes da república, a Anistia Internacional).

No dia 12 de janeiro, foi organizada a maior passeata civil da Cidade do México desde 1988¹. Cerca de 50 a 100 mil manifestantes demandaram ao governo federal o reconhecimento do EZLN como interlocutor legítimo, ao passo que pediam a aceitação das convocatórias governamentais por negociação por parte dos rebeldes. No mesmo dia, o presidente Carlos Salinas declarou cessar-fogo unilateral. E, no dia 13 de janeiro, o EZLN convidou o bispo Samuel Ruiz para ser o mediador dos Diálogos pela Paz, estabelecidos com a Comissão Nacional de Intermediação (CONAI). Estava aberta uma instância de diálogo e de mediação entre zapatistas e o Estado.

A *Segunda Declaração da Selva Lacandona*, publicada em 10 de junho de 1994, revela um EZLN confiante na sociedade civil. E desconfiado com o Estado. Atendo-se ao conceito de “paz digna”, o EZLN fizera uma consulta em suas comunidades de base, que negaram aceitar as propostas do governo, feitas nos Diálogos pela Paz. Mas como afirma Zermeño (1997), tais propostas buscavam circunscrever as demandas zapatistas à *questão indígena local* e ignoravam o posicionamento dos rebeldes, contrário à reforma da Lei do *Ejido*².

Em dezembro do mesmo ano, homens, mulheres e crianças zapatistas rompem o cerco militar para ocupar e declarar a *autonomia indígena* de 40 municípios, em uma demonstração de que “seu movimento não era essencialmente militar, e sim essencialmente social e cultural” (ZERMEÑO, 1997, p. 93). Nos termos de Offe (1992), afirmamos que o movimento zapatista passava à fase de *luta pela ampliação dos limites da política*, politizando e redefinindo os sentidos dos conflitos e tensões em torno dos quais o levante armado se diluiria na *questão social* dos indígenas de Chiapas.

Esse seria o aspecto mais expressivo da contribuição zapatista a outro projeto de sociedade nos termos de uma luta pelo reconhecimento de direitos. Era o surgimento do “zapatismo civil” e sua busca pelo reconhecimento constitucional à *autonomia*. Mas se o movimento buscava apresentar uma forma civil, propositiva e não-violenta de atuação, o mesmo não pode ser dito do governo mexicano. Em janeiro de 1995, uma nova *Declaración* acu-

sava “múltiplas irregularidades”, “desigualdades e injustiças”, “corrupção”, “chantagem”, “intimidação”, o “furto e a falsificação” como marcos da eleição presidencial de 1994: a “mais suja da história do México”. E atrelando suas reivindicações ao necessário combate direto desse sistema político, o EZLN lança a “todas as forças sociais e políticas do país” um chamado à unidade na luta pela democracia, através da formação do Movimento de Libertação Nacional (MLN) em “todos os meios, todos os níveis e todas as partes”. Nesse mesmo mês, o governo do presidente recém-eleito, Ernesto Zedillo, lança nova ofensiva em busca das lideranças zapatistas; novas manifestações e a *Lei para o Diálogo, a Conciliação e a Paz Digna em Chiapas*, aprovada no Congresso, abrem nova rodada de negociação. (FIGUEREDEDO, 2003).

Graças à aprovação da *Lei para o Diálogo*, o EZLN abriu negociação com a COCOPA³, a nova instância de intermediação criada pelo Congresso da União. Aproveitando este espaço de negociação para mobilizar o movimento indígena mexicano em nível nacional, organizações de todo o país foram chamadas pelo EZLN para participarem das mesas de diálogo na cidade de San Andrés. A luta pelo reconhecimento da *autonomia indígena* como direito culminaria na intervenção da Comandanta Ramona no Congresso da União em 2001, após a *Marcha de la color de la tierra*, que de Chiapas à Cidade do México consultou comunidades e organizações sindicais, sobre o conteúdo dos projetos de lei firmados nos *Acordos de San Andrés*. Apesar dos *Acordos* não terem sido firmados como leis, novamente se firmaram como espaços de articulação do movimento zapatista com a sociedade civil (GENARI, 2005).

Luta armada contra as portas fechadas do Estado

Se nos debruçarmos sobre a trajetória zapatista, perceberemos uma combinação de condições históricas específicas que determinaram os rumos do movimento, ora

1 Neste ano, a população, organizada em torno da candidatura de esquerda de Cuauhtémoc Cárdenas, protestou contra a megafraude eleitoral – que novamente colocou no poder o candidato conservador do PRI, Carlos Salinas. A mobilização em torno da candidatura Cárdenas engajou movimentos sociais e grupos de esquerda de todo o México, mas não foi capaz de reverter o resultado obscuro daquela disputa eleitoral.

2 Lei do *Ejido*: Foi estabelecida pela Constituição de 1917, resultado do papel central dos camponeses na revolução mexicana. O *ejido* é a noção indígena comunal da terra, não-comercializável até 1994, quando as condições para a entrada do país no NAFTA resultaram na aprovação de emenda que permitia sua venda.

3 COCOPA: Comissão de Concórdia e Pacificação.

para a luta armada, ora para a luta por reconhecimento dos direitos. É inegável que um canal intermediário para “fazer política” foi criado pela iminência de uma guerra civil entre as forças armadas do México e uma fração armada da população indígena marginalizada, do estado mais pobre do país. As portas fechadas do Estado acabam estimulando táticas suicidas de enfrentamento, em detrimento de uma dinâmica de negociação, que tenderia ao desgaste e à cooptação nos meandros do sistema político (ZERMENÑO, 1997). Sobre essa falta de espaços para a mediação entre demandas da sociedade e Estado, Zermeño lembra que “conflitos, movimentos e lutas sociais no México dificilmente se mantêm no âmbito em que nascem, lançando-se imediatamente no plano de toda nação” devido à inexistência de espaços intermediários para fazer política (1997, p. 92). Assim, a tendência é nacionalizar cada crise política que surge num âmbito local, de tal forma que toda a sociedade se vê incumbida de posicionar-se contra ou a favor das causas em questão.

Por outro lado, apesar do legado de dominação, cooperação, negociação e violência política exercida pelo PRI sobre os canais intermediários entre Estado e sociedade civil no México, as organizações, partidos, grupos políticos e associações da sociedade mexicana não se armaram para forçar a queda do regime, junto aos zapatistas. Pelo contrário, o diálogo e a mesa de negociação estabelecida com os representantes do governo mexicano foram resultado de reivindicações e mobilizações que privilegiavam a busca por uma solução pacífica para a crise. O grupo militante que deu origem ao EZLN “deixou a sociedade civil mexicana em 1983” e “retornou a ela em 1994” (Marcos, apud HILSENBECK, 2007), tendo acordado para uma conjuntura completamente diferente. E é por isso que a noção de *paz com dignidade* foi uma das portas de entrada do zapatismo para a construção da legitimidade discursiva de suas causas, para a conquista de corações e mentes na sociedade mexicana, que buscamos definir agora nos termos gramscianos da *hegemonia*, entendida como

todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente (WILLIAMS, 1979, p. 113).

A hegemonia, segundo Williams (1979), é um processo histórico, que não existe apenas como forma de *dominação e consentimento passivo*, reproduzida pelos homens que a experimentam. Ela é dominante, mas nunca totalizante sobre a sociedade. Está sempre sendo remendada, reconstruída, reformada, recriada e renovada, o que pressupõe uma face *ativa* na sua determinação, que se dá pela disputa, incorporações e conflitos entre visões de mundo. Essa face é, portanto, efeito direto de ações e reações do processo hegemônico em relação às forças e lutas políticas e culturais opostas ou alternativas ao dominante.

Sem dúvida, as Declarações da Selva Lacandona buscavam tocar a sociedade civil nacional e internacional, ao construir um discurso legitimador das causas da rebelião armada. Para além de uma guerra, cuja saída negociada era exigida pela sociedade civil, a *paz digna em Chiapas* definia a questão social como o centro do conflito e o ponto de partida para a possibilidade de garantir a *dignidade* aos indígenas. Não se trata de uma luta discursiva e superestrutural, mas uma luta que define os sentidos do universo vivido e experimentado pelos homens e mulheres envolvidos no processo. Estabelece, por um lado, o senso de realidade para a maioria das pessoas vivendo em sociedade, além do qual muito dificilmente os sujeitos são capazes de experimentar e vivenciar. E redefine os limites do que o *processo hegemônico* estabelece como espaço do político, constituindo-se como uma *política cultural* do movimento:

A adoção de uma perspectiva alternativa na análise da política cultural dos movimentos sociais e na avaliação do alcance de suas lutas pela democratização da sociedade pretende iluminar implicações menos visíveis e, com frequência, negligenciadas dessas lutas. Enfatizar as implicações culturais significa reconhecer a capacidade dos movimentos sociais de produzir novas visões de uma sociedade democrática, na medida em que eles identificam a ordem social existente como limitadora e excludente com relação a seus valores e interesses. Embora possam ser fragmentárias, plurais e contraditórias, essas contestações culturais não devem ser vistas como subprodutos das lutas políticas, mas como constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o significado e os limites da própria política (DAGNINO, 2000, p. 81).

A partir dessa perspectiva de análise dos movimentos sociais proposta por Dagnino, o zapatismo apresentaria contribuições para outra democracia, para além da formalidade político-institucional conformada pelas eleições livres, partidos políticos e representatividade nos parlamentos e palácios de governo. O movimento incide assim sobre as instituições políticas de um “processo inacabado” de transição democrática, como Olvera (2002) define o regime do México. Concomitantemente sua *política cultural* enquanto movimento social também se faz presente direta e indiretamente no processo hegemônico, definindo um conteúdo ético-político e moral em torno do qual se busca constituir uma nova hegemonia: uma hegemonia constituída pelo *consentimento ativo* em torno do projeto de ampliação da cidadania (DAGNINO, 2000).

Diante disso devemos indagar: qual é o espaço possível para a construção da hegemonia como *consentimento ativo*, em uma sociedade como a mexicana? Talvez a luta armada aponte para o mesmo legado de imposição autoritária e dominação coercitiva próprias da política mexicana (ZERMENÓ, 1997). Mas o problema do lugar para uma construção hegemônica persiste, uma vez que fica evidente a importância político-cultural da rebelião armada para criar esse espaço de definição dos opostos. Por onde começar esse processo, diante da inexistência de espaços para politizar a questão social? Primeiramente vamos pensar nas relações recentes entre zapatismo e PRD, lembrando o partido como um possível espaço de atuação para a ampliação dos limites da política.

Movimento Zapatista e a sociedade civil como polo da virtude

As mesas de negociação, marchas e passeatas seriam espaços da *ação comunicativa* e da *razão comunicativa*: seriam expressões do *espaço/esfera pública* nos quais o interlocutor estatal é influenciado por uma lógica advinda da *sociedade civil*: a instância do *mundo da vida*, que para Habermas expressa (ou deveria expressar) uma sociabilidade não corrompida pela razão instrumental do *sistema*: a lógica da administração e do poder (Estado) e a lógica da acumulação capitalista (Mercado) (OLVERA, 1996, p. 36).

Interessante notar que a oposição à lógica do poder é umas das marcas indeléveis do zapatismo até os dias de hoje, quando reafirma sua busca por uma *nova forma de*

façon política. Na sexta e última declaração, o EZLN coloca os seguintes princípios para uma nova forma de organização das lutas:

No a hacer acuerdos arriba para imponer abajo, sino a hacer acuerdos para ir juntos a escuchar y a organizar la indignación; no a levantar movimientos que sean después negociados a espaldas de quienes los hacen, sino a tomar en cuenta siempre la opinión de quienes participan; no a buscar regalitos, posiciones, ventajas, puestos públicos, del Poder o de quien aspira a El, sino a ir más lejos de los calendarios electorales; no a tratar de resolver desde arriba los problemas de nuestra Nación, sino a construir DESDE ABAJO Y POR ABAJO una alternativa a la destrucción neoliberal, una alternativa de izquierda para México (Sexta Declaración de la Selva Lacandona, junho de 2005).

Aqui se enfatiza a necessidade de espaços para articulação e discussão livres e públicos no campo da esquerda, criticando práticas e acordos de gabinetes, favorecimento político individual ou corporativo em detrimento de um coletivo maior. Também se identifica uma lógica do poder imanente na ação dos atores que buscam ocupar o Estado através da corrida eleitoral. Por fim, reivindica uma política surgida a partir dos excluídos, segundo princípios anti-hierárquicos, para possibilitar uma necessária fundação de outra esquerda social e política. Não se devem confundir tais normatizações com uma proposta de espaços de diálogo estabelecidos entre governo e zapatistas. Talvez tenha mais sentido pensar tal afirmação como uma busca por um partido político nos termos que Evers (1984) utiliza para definir as funções do partido diferenciado que deveria surgir nos anos 80 no Brasil:

Os movimentos sociais não podem existir sem expressão política. Esta, por sua vez, deve articular as metas do movimento com as alienadas e alienantes estruturas do poder existentes. Em termos de alienação *versus* identidade, a expressão política dos movimentos sociais é, por conseguinte, uma porção *retrógrada* e necessária de sua existência. Extrapolando para a questão de um “novo tipo de partido” que em algum país, algum dia, poderá pretender ser a expressão política da ampla cultura

dos novos movimentos sociais, isto significa que estes partidos teriam de aceitar não apenas o papel de vanguarda, mas também de *retaguarda* em relação aos conteúdos desses movimentos. Teriam que ser concebidos como *servidores* e não como donos dos movimentos. Naturalmente, está excluída desde o início a idéia de controle (EVERS, 1984, p. 22-3).

O paradoxo da luta dos movimentos sociais segundo Evers é que, para conseguir fazer suas demandas se tornarem políticas públicas, precisam romper com o próprio sectarismo, articular-se com outras demandas e estabelecer um mínimo aceitável de interlocução com o Estado. Em outros termos, precisam amarrar e sincronizar seus objetivos com as *estruturas alienantes do poder*, e em certa medida aceitar as regras do jogo, a estrutura administrativa e a disputa eleitoral, com sua própria lógica da partilha do poder. Não quero dizer que o PT no Brasil e o PRD no México sejam partidos idênticos, mas o caráter “popular de esquerda” que Olvera (2002) atribui ao último serve para pensar as relações entre o movimento zapatista e este partido, surgido como possível espaço de congregação e representação política dos interesses dos movimentos sociais do México.

No seu texto *Gustar el Café...*, Marcos aponta que pela primeira vez as agressões contra os zapatistas “provêm diretamente de governos de suposta esquerda”, que elegem representantes dos latifundiários para ocupar postos-chave no executivo do estado de Chiapas. Ao mesmo tempo, o líder do EZLN denuncia uma campanha de difamação por parte da “esquerda institucional” e seus intelectuais, unificados em torno da candidatura à presidência de Antonio Manuel López Obrador (AMLO), ex-prefeito da Cidade do México pelo PRD, que foi derrotado nas eleições de 2006 por Felipe Calderón, atual presidente do país pelo PAN (Partido da Acción Nacional). Levantando críticas ao fazer político dos partidos em geral, o subcomandante do EZLN acusa o PRD de aplicar as mesmas políticas da direita ao tomar o poder do Estado, justificando o porquê da recusa zapatista em apoiar a candidatura de AMLO à presidência:

[...] la propiedad de la tierra pertenecía, antes del alzamiento, a los hacendados o finqueros que, por cierto, son el sector más retrógrado de los poderosos. Si alguien quiere conocer de veras cómo

piensa y actúa la ultraderecha reaccionaria, platique con un finquero chiapaneco. Y les paso un nombre de uno de ellos, que cuando menos hasta hace poco, era uno de los aliados de Andrés Manuel López Obrador en Chiapas y, junto con el Croquetas Alborews y el PRD, llevó al poder a Juan Sabines (el que arrumbó, primero en un burdel desmantelado y luego en una bodega de café, a las familias zapatistas desalojadas hace unos meses de Montes Azules – por cierto, sin que los intelectuales progresistas dijieran ni una palabra de protesta). El nombre del finquero es Constantino Kanter, y fue el autor de aquella ya famosa frase, dicha cuando el calendario marcaba el mes de mayo del año de 1993: “En Chiapas vale más un pollo que la vida de un indígena”. [...] Les pido que noten que nosotros no estamos hablando de personas con las que tengamos diferencias de estrategia o táctica, o de concepción de reforma o revolución. Estamos hablando de nuestros perseguidores, de nuestros verdugos, de nuestros asesinos. Si hubiéramos apoyado esa supuesta opción contra la derecha, ahora estaríamos en un “bajón” y una frustración similares a las que describió el compañero Ricardo Gebrim, del Movimiento de Los Sin Tierra, del Brasil (MARCOS, 2007, p. 30).

Nesse trecho Marcos se refere a uma área que foi expropriada após o levante zapatista e à aplicação da *Lei Agrária Revolucionária*, que culminou na expulsão dos *finqueros* (latifundiários) dos territórios ocupados pelos indígenas zapatistas. E também se refere à composição de governos de partidos da esquerda com representantes dos *finqueros* (latifundiários). Não é por menos que Marcos culpa “intelectuais progressistas” de ignorarem os povos indígenas de Chiapas em nome de uma candidatura presidencial que, a seguir os exemplos locais e regionais de exercício do poder pelo PRD, em nada melhoraria a condição dos indígenas de Chiapas. A comparação com o MST em relação aos governos do PT no Brasil aparece logo depois e indica a crítica ao *fazer* político como mero jogo eleitoral de escolha das elites políticas.

O líder do EZLN critica a política partidária e os acordos que passam por cima dos objetivos políticos e das lutas populares, em nome dos quais “intelectuais progressistas” condenam o sectarismo dos movimentos sociais contra a via eleitoral. Marcos afirma que as regras do jogo no sistema político engolem as iniciativas que incomodam o sistema. E que outra forma de sociabilidade não-hierárquica e não-mercadológica deve ser ten-

tada no cotidiano, em forma de protesto e demonstração prática de princípios diferenciados da vida política “normal”.

Mas, uma vez que o zapatismo se coloca em oposição a uma certa forma de fazer política, não acaba por se colocar como reduto moral da sociedade civil, em oposição à lógica do poder do Estado? E se isso ocorre, será que não acarreta o fechamento sectário do movimento em seu próprio cotidiano, num processo contínuo de autoafirmação da própria identidade e autonomia? Para dar conta dessas questões voltaremos a trabalhar a ideia de sociedade civil.

Esfera pública e sociedade civil contra o sistema

Olvera (2002) considera que o processo de “transição inacabada” para a democracia no México resulta no retorno a duas dimensões clássicas da sociedade civil: “autonomização da sociedade em relação ao Estado e a autolimitação dos atores sociais em suas respectivas formas de ação e em suas agendas políticas”. Ou seja, a baixa intensidade da democracia no país e a pouca porosidade do sistema político às demandas da sociedade, incluindo os partidos, acabam por definir uma oposição radical desta em relação ao Estado. Os movimentos surgidos na sociedade tendem a se reafirmar continuamente em franca oposição ao Estado, sem contribuir para o aprofundamento e expansão da concepção de democracia elitista vigente no país.

Avritzer (2002) aponta a inadequação da teoria da transição democrática para analisar os processos ocorridos na América Latina, pela sua concepção elitista de *democracia*. No mesmo sentido Olvera (2002) critica a abordagem da transição democrática enquanto mera implementação formal das instituições políticas do Estado, ao analisar estudos de caso no México. Em outro texto este autor define a *democratização* como processo que se fundamentaria na noção de *sociedade civil*, a base do livre associativismo e da interação social, utilizada pelos movimentos sociais da América Latina para se identificar em oposição ao Estado ditatorial vigente ao longo dos anos 60, 70 e 80. A democracia “consistiria então no fortalecimento da organização dos atores sociais e no controle progressivo sobre o Estado e o Mercado por parte da sociedade” (OLVERA, 1996, p. 32-3).

Olvera aponta a validade do caráter normativo que a *esfera pública* de Habermas assume, para pensar a nova sociedade civil que surge como protagonista da democratização na América Latina. Para isso utiliza as categorias de Habermas relativas à situação de diálogo ideal: a *ação* e a *razão comunicativa* como fundamentos dessa instância autônoma em relação ao Estado. As condições para a *ação comunicativa*, segundo o autor são a compreensibilidade da fala, o conteúdo verdadeiro, a sinceridade dos interlocutores e a efetividade da *ação comunicativa*, uma vez que as condições estiverem estabelecidas. Uma vez que a *ação comunicativa* não existe de fato, as condições para sua existência devem ser perseguidas no dia-a-dia da vida em sociedade, caracterizando a normatividade de uma teoria neocontratualista kantiana, apoiada na *ética comunicativa* da moderna filosofia da linguagem (OLVERA, 1996, p. 34).

Segundo Arato e Cohen (1999) e Avritzer (2002), Habermas pensou o surgimento da *esfera pública* nas sociedades do capitalismo industrial do século XVIII e XIX, partindo da análise daquilo que seria seu embrião: folhetos que circulavam nas praças e mercados das cidades europeias ao longo dos séculos XV, XVI, XVII. Tais folhetos compeliavam as monarquias nacionais em processo de formação e consolidação a justificarem seu poder diante da *opinião pública*. O *público* se desatrela dos altos estamentos cortesãos, para se tornar sinônimo dos conteúdos e interesses anônimos defendidos pelos folhetos que travavam debates de ideias favoráveis ao surgimento do Mercado como esfera autônoma em relação ao Soberano e ao Estado. O lugar que passa a expressar os interesses diante do poder monárquico constitui a *esfera pública*, no início resumida à imprensa propriamente dita, depois paulatinamente assumida em parlamentos, mercados, *boulevards*, praças.

O atrelamento da noção de *público* ao surgimento e ascensão da burguesia como classe define a contradição que mais tarde vai determinar a decadência da *esfera pública* no capitalismo avançado, segundo Habermas. Ao reivindicar seus interesses em nome do público universal, a burguesia acaba permitindo a chegada das massas ao lugar do público, acentuando as contradições entre o pressuposto da igualdade entre os homens que possibilite a livre argumentação e as desigualdades estruturais produzidas pelo sistema (AVRITZER, 2002). Ao mesmo tempo, o livre debate de ideias inspirado na discussão pública sobre os fundamentos do poder do Estado lança as pedras fundamentais da proposta normativa habermasiana em prol de uma *esfera pública* que manifeste os interesses da sociedade civil:

El concepto de esfera pública [...] se refiere a un espacio jurídicamente privado en el que individuos sin status oficial buscan persuadirse los unos a los otros por medio de la argumentación racional y la crítica en torno a asuntos de interés general. Además de ser vehículo ideal de comunicación de lo público civil, la discusión crítica racional tiene importante propósito de controlar e influir la formación de políticas en las instituciones jurídicamente públicas del Estado. Por otra parte, en términos de su ideal (inevitablemente contrafactual), la esfera pública es universalmente accesible, incluyente, y está a salvo de las deformaciones del poder económico y político y del status social. La concepción normativa de la discusión racional crítica [...], incluye los principios de autonomía individual, igualdad de estatus, paridad de los participantes, problematización libre y abierta de asuntos antes incuestionados que se convierten en asuntos de preocupación común, y la crítica racional (ARATO e COHEN, 1999, p. 38-9).

Cohen e Arato apontam a necessidade de salvaguardar o caráter acessível, universal e inclusivo da esfera pública contra as interferências excludentes do Sistema econômico e político. Apesar de se constituir juridicamente como espaço *privado*, tal instância deve ser capaz de influenciar políticas produzidas pelo Estado através do argumento racional, em nome do público. A sociedade civil precisa lutar contra a colonização empreendida pelo Estado e o Mercado, além de autodelimitar suas ações, a fim de legitimar sua capacidade de controlar e influir na produção de políticas que regulem a economia e a política (Sistema).

Mas seria possível afastar o caráter eminentemente excludente do Estado e do Mercado da *esfera pública*, acentuado em uma democracia inacabada e em transição, onde, relembando Zermeño (1997), não existem instâncias de mediação entre o poder e as demandas da sociedade? Ou seja, é possível enfrentar o Estado e o Mercado sem *lutar por todos os meios possíveis* para estabelecer a *esfera pública* como um espaço de definição dos projetos opostos? Voltamos a nos questionar sobre as possibilidades que um movimento social tem para exercer sua autonomia.

Autonomia do movimento para além dos limites do Estado

Até agora analisamos o zapatismo a partir da abordagem da sua *política cultural* direcionada a uma disputa pelos sentidos da questão indígena, para pensar sua atuação como agente da ampliação da política e da democracia no México. Agora vamos abordar os zapatistas enquanto movimento social que, para além da sua atuação na sociedade civil como agente da democratização e interlocutor com o governo na *esfera pública*, apresenta outra faceta cotidiana da sua autonomia em relação ao sistema: a autonomia política e territorial das comunidades indígenas de Chiapas.

Raúl Ornelas (2005) ressalta o caráter de retroalimentação entre o EZLN e as comunidades autônomas de Chiapas, que não apenas se servem do exército insurgente, mas compõem suas fileiras de combatentes e dirigem suas ações táticas e estratégicas através de seus representantes no Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI). A vanguarda política, que tem por compromisso levar a consciência às massas com o objetivo de tomar o poder do Estado-Nação para implementar um governo de transição em nome daquelas, é substituída aqui por um núcleo militar – o EZLN – que se submete às determinações do conjunto das comunidades rebeldes e preserva o espaço desmilitarizado como forma de garantir a auto-organização autônoma das próprias comunidades.

O movimento zapatista não toma para si a missão da tomada do poder do Estado, mas tem seguidamente estimulado um amplo debate regional e global com vistas a construir estratégias de luta contra o capitalismo. Nesse sentido, a constituição do neozapatismo como um movimento social, que ultrapassa o âmbito militar do exército insurgente e se fundamenta num aglomerado de municípios “autônomos em rebelião” em relação ao Estado mexicano, é fundamental para compreender por que o EZLN não se propõe tomar o poder do Estado:

A formação e o funcionamento dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) ilustram os alcances da luta zapatista no horizonte da transformação social. Estas iniciativas têm um caráter de reagrupamento territorial a partir de vários tipos de nexos históricos: o pertencimento a uma etnia, os trabalhos em comum, a situação

geográfica, as relações de intercâmbio. Diferentemente das divisões arbitrárias dos municípios “oficiais”, os municípios rebeldes são o resultado da afinidade entre suas populações. Esta ruptura coloca um desafio radical frente ao poder, pois desloca o conflito da arena política para a questão fundamental do controle do território (ORNELAS, 2005, p. 134).

Ornelas também enfatiza dois elementos que sugerem uma relativa autonomia dos neozapatistas em relação ao Estado capitalista do México, efetivados no dia a dia das comunidades de Chiapas: o processo de criação autogestionada da vida social e a construção das condições materiais para a resistência. A autonomia do movimento passa necessariamente pela *práxis* econômica e política integrada socialmente e autogerida no dia a dia das comunidades, a base dos municípios autônomos (MAREZ), de onde são definidos representantes em caráter rotativo para o Conselho Municipal, a mais alta instância local de decisão:

Estes representantes participam em alguma das “comissões” ou “comitês” encarregados de tarefas específicas: justiça, assuntos agrários, saúde, educação, cultura, produção, entre as mais comuns [...] É essa instância colegiada que deu vida aos Municípios Autônomos desde 1994. Paulatinamente os Conselhos Autônomos consolidaram sua presença e autoridade graças às iniciativas para melhorar a vida das comunidades e as suas práticas de “bom governo”, isto é, privilegiar a busca de acordos em vez do enfrentamento ou da repressão, assim como a aplicação do direito “consuetudinário”, que prefere a reparação do dano à sanção. [...] Nesse sentido os Conselhos Autônomos têm desempenhado um papel essencial no desenvolvimento da luta zapatista. No interior das comunidades, o projeto autônomo ganhou legitimidade graças às tarefas de saúde, educação, culturais e produtivas que permitiram melhorar as condições de vida (ORNELAS, 2005, p. 136-7).

Para John Holloway (2003), o zapatismo rompe com a tradição instrumental do marxismo científico que considera o Estado como o local privilegiado da revolução, ao negar o objetivo da tomada do poder (situado no Es-

tado). O fetichismo, que forma as relações sociais capitalistas e as relações de poder do Estado nessa sociedade, constitui-se para Holloway como categoria central para desenvolver a ideia de que nenhuma revolução pode ser capaz de romper com a ordem social do Capital se não romper com ela em seu cotidiano. O tempo da revolução deve escapar do processo de identificação, apropriação e racionalização do capitalismo. Torna-se assim absurdo que um movimento que tem por objetivo superar o capitalismo tome para si as estruturas do Estado existente no modo de produção capitalista. E a autonomia dos municípios materializa novas relações sociais, gerando uma ruptura com a fetichização.

Em debate com Holloway e alguns apontamentos oficiais dos zapatistas, Borón (2003) aponta dois problemas observados a partir das proposições dos neozapatistas. Primeiramente defende a permanência do Estado-Nação como lugar central da reprodução do Capital, ao contrário do que as teorias da descentralização do poder e desterritorialização do capitalismo podem sugerir. Em segundo lugar, Borón ressalta que V. I. Lenin considerava a revolução dividida em uma fase de “tomada do poder” e uma fase de “efetivação da revolução” através das ações civilizatórias do socialismo com o uso da máquina do Estado burguês; retoma Gramsci ao considerar o duplo caráter necessário ao movimento que busca o exercício do poder na sociedade capitalista (vocação para o poder e direção moral e intelectual – conteúdo civilizatório). Ou seja, Borón considera que, se o neozapatismo ignora a centralidade do Estado na sociedade capitalista não se apresenta apto ao poder, embora seja detentor da legitimidade (direção ética e intelectual). E não se apresentar apto ao poder significa se sujeitar ao funcionamento da sociedade capitalista, através da cooperação ou da repressão.

Para pensar os problemas da repressão levantados por Borón, abaixo abordaremos alguns casos que evidenciam os limites que o Estado impõe à autonomia de um movimento social, não apenas quando essa busca a regulação sistêmica através do apelo à *razão comunicativa* conquistada na *esfera pública*; mas quando a sociedade civil manifesta sua autonomia de decisão e de execução das próprias políticas, efetivadas em paralelo às políticas públicas do Estado mexicano, conforme Holloway e Ornelas sustentam.

Face oculta da autonomia da sociedade civil: repressão oficial e paramilitar

A superioridade da luta política frente às formas militares de enfrentamento ao inimigo são questões problematizadas por Gramsci (1980) quando trata do uso do *arditismo* como forma *ilegal* utilizada pelo Estado para restabelecer a ordem. Pensando no uso de pequenos grupos de assalto armados para a atuação no momento de desorganização do poder do Estado, Gramsci escreve:

[...] uma organização estatal debilitada é como um exército enfraquecido; entram em ação os grupos de assalto, isto é, as organizações armadas privadas, que têm duas missões: usar a ilegalidade, enquanto o Estado parece permanecer na legalidade, como meio para reorganizar o próprio Estado. Acreditar que se possa opor à atividade privada ilegal outra atividade semelhante é, isto é, combater *arditismo* com o *arditismo*, é uma tolice; significa acreditar que o Estado permaneça eternamente inerte, o que jamais ocorre, além das outras condições diversas. O caráter de classe leva a uma diferença fundamental: uma classe que deve trabalhar diariamente num horário determinado não pode ter organizações de assalto permanentes e especializadas, como uma classe que desfruta de amplas possibilidades financeiras e não está ligada, por todos os seus membros, a um trabalho fixo (GRAMSCI, 1980, p. 70).

Gramsci se preocupa em apontar os erros e as emboscadas dos quais as classes dominadas podem ser vítimas, ao lançar mão dos métodos de luta das classes dominantes, a exemplo do caso do *arditismo*. Logo que tem seu domínio contestado e organização debilitada, o Estado lança mão da ilegalidade dos grupos de assalto privados. O significado do *privado* a favor dos interesses do Estado nos remete aos grupos e organizações presentes na sociedade civil que privilegiam a luta armada para empreender sua luta política.

Nesse ponto é necessário perguntar se não teria sido a resistência em recusar as armas um *pecado original* do zapatismo, a causa da legitimação permanente da violência oficial e paramilitar contra movimentos sociais no México como um todo. Trata-se de definir assim quais as fronteiras atuais em que o método da violência está fundamentado para legitimar e criminalizar o zapatismo e se essas fronteiras não estão sendo esticadas pelo go-

verno do México para ampliar o conceito de criminalidade a todos os movimentos sociais.

No texto *El calendario y la geografía de La guerra*, Marcos comenta que, após anos de articulação política pelo México, o zapatismo parece estar diante de uma nova reação militar e paramilitar às suas bases sociais em Chiapas:

Quisiera aprovechar la ocasión para comunicarles algo. Es ésta la última vez, al menos en un buen tiempo, que salimos para actividades de este tipo, me refiero al coloquio, encuentros, mesas redondas, conferencias, además de, por supuesto, entrevistas. [...] Miren, el EZLN es un ejército. Muy otro, es cierto, pero es un ejército. Y, además de la parte que ustedes quieren ver del Sup [...], como vocero, “ideólogo” o lo que sea, creo que ya tienen edad para saber que el Sup es, además, el jefe militar del EZLN. [...] Como hace tiempo no ocurría, nuestras comunidades, nuestras compañeras y compañeros, están siendo agredidas. Ya había pasado antes, es cierto. Pero es la primera vez desde aquella madrugada de enero de 1994 que la respuesta social, nacional y internacional, ha sido insignificante o nula (MARCOS, 2007 p. 54).

Marcos considera necessário lembrar sua função, não só ideólogo zapatista, que forma opiniões, divulga ideias e articula politicamente com atores outras forças da sociedade, mas como chefe militar do EZLN. E ressalta que, no fim de 2007, mais uma vez as comunidades zapatistas e a militância civil zapatista têm sido alvos de ataques variados, vindos do governo federal, dos governos locais, da direita e da “esquerda institucional”, do exército e dos grupos paramilitares.

Alguns meses depois Ledesma (2008), do *Centro de Análisis Político e Investigaciones Sociales y Económicas de Chiapas* (CAPISE), aponta um incremento das forças armadas na região como nunca antes visto. Lembra que a maior parte dos 56 acampamentos permanentes do exército mexicano, instalados em território indígena, é formada por unidades das forças especiais, especializadas em estratégias de contrainsurgência, caracterizada por ações de inteligência e intervenções indiretas através do treinamento e cobertura de paramilitares utilizando jovens da própria região. A imagem do exército é preservada e a ilegalidade da ação paramilitar se torna uma questão policial, um fator que legitima a presença das forças ofi-

ciais de segurança na região.

Ledesma também aponta a atuação de instituições agrárias atreladas ao Estado, como responsáveis por outra faceta das agressões sofridas pelas comunidades zapatistas. Através de uma política de remarcação e recenseamento fundiário, o governo federal tem definido como áreas de preservação ambiental muitas das terras ocupadas pelas comunidades indígenas, desde o levante de 1º de janeiro de 1994. Ao mesmo tempo, estimula grupos indígenas a tomarem e ocuparem terras expropriadas pelos zapatistas à época do levante, garantindo aos antigos proprietários uma indenização e às famílias miseráveis da região um pedaço de terra e uma alternativa não zapatista. Em abril de 2008, a União dos Ejidos da Floresta (UES), que ocupava parte das terras expropriadas pelos zapatistas em 1994, deixou o local. Sobre o ocorrido, o informe do periódico *La Jornada* de 3 de maio explica:

A JBG [Junta de Buen Gobierno] esclarece que não manteve nenhuma negociação com o governo de Chiapas. “O pagamento de uma elevada quantia de dinheiro aos invasores da UES, moradores de Nuevo Momón, foi decisão de Juan Sabinés. Além disso, quis pagar de novo por essas terras, que já estavam muito bem pagas” (a seu antigo proprietário, o general e ex-governador Absalón Castellanos Domínguez). [...] Ainda que a imprensa oficial tenha respaldado os invasores da UES e acusado os zapatistas de “invadir” estes 525 hectares, é sabido que a ex-fazenda foi recuperada pelas bases do EZLN após o levante de 1994. [...] O povo de 24 de dezembro nasceu nessa mesma terra, mas foi expulso pela invasão militar de 1995, e membros da UES em Nuevo Momón se apoderaram de suas antigas terras e moradias. Perseguidos e ameaçados, finalmente, tomaram posse do terreno em 24 de dezembro de 2006. Em seguida, começou a “disputa”, promovida por membros da UES (*La Jornada*, 3 de maio de 2008).

As áreas em questão foram ocupadas por indígenas *bases de apoio zapatistas* em 1994, expulsos durante a ofensiva do exército federal no início de 1995. Tais indígenas se refugiaram numa área de acampamento militar, onde sofreram ameaças e assistiram militares apoiarem a formação de assentamento fantasma da UES, na mesma área de que haviam sido expulsos. Ou seja, o exército aco-

bertava um grupo indígena e estimulava o atrito desses com os zapatistas. Uma década depois convivendo em meio a perseguições, a comunidade zapatista retornou à área e fundou a comunidade 24 de Dezembro, em 2006. A partir daí começaram os conflitos com a UES, que finalmente saiu da área em 2008, após pagamento de indenização aos membros da UES, efetuado pelo governo estadual do partido esquerdista PRD.

Os ataques extraoficiais aos zapatistas não eram recentes e não aconteciam por acaso. Em 1997, paramilitares identificados como *priistas* mataram 45 habitantes do povoado indígena de Acteal, em uma campanha de intimidação própria da guerra de baixa intensidade. O periódico *La Jornada* de 19 de dezembro de 2007 apresenta artigo acusando a formação de grupos paramilitares como parte de uma grande estratégia antizapatista, desenhada de alto a baixo no interior do Estado:

A ninguno se le menciona como protector de grupos paramilitares ni como autoridades que dieron escolta y protección a paramilitares priistas. El nombre de Absalón Gordillo, en cambio, que autorizaba la protección a los paramilitares, no aparece en los registros del libro blanco de Acteal. [...] El gobierno dejaba, pues, vía libre para que, a través de la policía del estado, se preparara a grupos paramilitares indígenas que enfrentaran, socavaran y exterminaran a las bases zapatistas. En el cerco militar se recurría al Ejército, y en los Altos y en el norte, a las poblaciones indígenas que estaban bajo el control de subsidios oficiales. [...] A los grupos paramilitares, como Los Chinchulines, Paz y Justicia o Máscara Roja, se les mantenía impunes porque se trataba de una guerra contra simpatizantes zapatistas. Apoyar a estos grupos paramilitares, dejarlos crecer, fortalecerlos como táctica de lucha intercomunitaria, era algo más que una omisión: era una política decidida por el Ejército a finales de 1994 y aprobada por el gobierno federal a principios de 1995.

Se os zapatistas e o exército mexicano não mais se envolveram em confrontos diretos desde 1995, ataques às comunidades se mantiveram ao longo dos anos, pela ação de grupos civis armados e paramilitares das mais diversas origens, financiados e acobertados pelos governos e partidos que assumem o poder no nível municipal, estadual e federal. O caso ilustra um pouco do teor dos

conflitos políticos em Chiapas. A edição do *La Jornada* de 3 de junho comenta o prosseguimento de ações nas comunidades indígenas e camponesas de Chiapas, que “não são acompanhadas de nenhum tipo de explicação ou justificação das tropas federais e dos corpos policiais que, em alguns casos, fazem referências imprecisas à luta contra o narcotráfico”. Alguns informes produzidos pelas redes de solidariedade zapatista e de observação dos direitos humanos no estado de Chiapas apontam novas referências para abordarmos a perseguição ao zapatismo, não apenas ao EZLN, mas às suas bases civis e às comunidades autônomas. Em 4 de junho de 2008, a Junta del Buen Gobierno El Camino del Futuro denuncia uma operação militar e policial em duas comunidades zapatistas:

[...] 6. Se bajan todos en sus carros y agarran rumbo al pueblo de Hermenegildo Galeana, donde todos y todas son bases de apoyo zapatistas, acusando que en ese pueblo tienen sembradillos de mariguanas. 7. Toda la zona zapatista de Garrucha y sus autoridades autónomas somos testigos que no existe plantíos, sólo hay zapatistas y hay trabajador de milpa y platanar, y están dispuestas y dispuestos a luchar por libertad, justicia y democracia. Rechazar cualquier provocación (Enlace Zapatista, 5 de junho de 2008).

O relatório publicado no sítio do *Enlace Zapatista*, rede de comunicação e solidariedade das *Juntas de Bom Governo*⁴, apresenta a provocação de um contingente de 200 soldados, mais policiais e oficiais contra duas comunidades zapatistas do território referente à Junta El Camino del Futuro. Os oficiais buscam atrapalhar o cotidiano das comunidades e justificam sua ação pela busca e averiguação de uma possível plantação de “mariguana” (maconha). Tais ações, em caráter policial, adquirem legitimidade perante uma opinião pública cada vez mais aterrorizada pela guerra do narcotráfico⁵. Uma guerra em que o inimigo difuso está pronto a ser utilizado segundo as necessidades de repressão.

Em matéria para a agência *Suramericapress* publicada em 21 de abril de 2008, Ricardo Daher comenta as obser-

vações de Ernesto Ledesma (CAPISE) sobre a militarização da região, acompanhada do aumento de torturas, desaparecimento, detenção e ameaça de ativistas e militantes de movimentos sociais. De forma articulada, as ações contra as bases sociais do zapatismo sofrem um *cercos midiático* por parte da grande mídia, que não publica notícias desses acontecimentos. Ao mesmo tempo, o ativista considera a inserção do México num contexto de aumento da repressão aos movimentos sociais, facilitado pela política de combate ao narcotráfico:

En un año, subraya, el gobierno ha despojado a los indígenas de unas 36.000 hectáreas. Este proceso se da en medio de una mayor presencia militar en el Estado. Ledesma denuncia que México está en un proceso de militarización, donde los uniformados están ocupando responsabilidades que siempre estuvieron ocupadas por civiles. Además, cuatro de los ministros del presidente Calderón tienen antecedentes de reprimir las organizaciones sociales y encabezar las represiones en Oaxaca y San Salvador de Atenco, donde más de 30 mujeres fueron violadas, decenas de personas torturadas y varios muertos. “El mensaje del gobierno a los movimientos sociales ha sido bien duro y lo está ampliando”, subrayó. Por otra parte, destacó Ledesma, las autoridades están usando la supuesta lucha contra el narcotráfico para criminalizar el movimiento social. El argumento de la presencia del ejército en Chiapas es combatir el narcotráfico. (*Suramericapress*, 21 de abril de 2008).

Tais denúncias parecem definir a via repressiva como política pública direcionada para minar os fundamentos sociais do zapatismo civil, seja atacando as experiências de autogoverno das comunidades autônomas de Chiapas, seja através do cerco midiático, seja através da criminalização da boa imagem pública do EZLN acusando práticas de *narcoguerrilha*. Uma repressão técnica que, quando não legitimada pelo invólucro legal do Estado de Direito e sua guerra ao narcotráfico e ao terrorismo, se complementa ao uso de grupos políticos e paramilitares opositores e atuantes na sociedade civil.

4 As Juntas de Bom Governo foram estabelecidas em 2005 para possibilitar a articulação da sociedade civil pró-zapatista e os municípios autônomos rebeldes zapatistas, funcionando como um território zapatista (MAREZ). Ver Ornelas, 2005.

5 Além da fronteira com o maior mercado consumidor de drogas do mundo (EUA), o norte do México tem sido palco de uma verdadeira guerra ao narcotráfico, com mais de 1.400 mortos em 2008. Ver A guerra às drogas é o “Traque de Calderón”?

Não estaria nesse sentido colocada uma limitação à possibilidade de construção de consenso na *esfera pública*? Aqui se deve lembrar que a luta política também é uma luta violenta, uma vez que tanto a *sociedade política* como a *sociedade civil* são espaços de *coerção e consenso*, como definida em Gramsci (1980). Em outras palavras, fazer política significa também redefinir os limites do que é político e do que não é político, do que é válido, do que é violência e do que é legítimo.

Coerção, consenso e território

A escalada da violência não tem sido acompanhada pelo retorno do EZLN à luta armada aberta até o momento. No entanto, seus últimos movimentos e declarações têm expressado preocupação com os níveis crescentes de agressão sofridos pelas comunidades. Não estaria nesse sentido colocada uma limitação à luta política pacífica? Devemos nos afastar da ideia da sociedade civil como polo da *ação comunicativa*, fonte de inspiração da teoria normativa habermasiana. A concepção gramsciana de sociedade civil como um complexo de “trincheiras e casamatas” do poder do Estado parece melhor para analisar a realidade no México, em que as possibilidades da ação comunicativa são ainda mais dependentes dos eventos espetaculares da ação política. O ponto de ebulição que delimita a *esfera pública* tem que romper frontalmente a ordem de um Estado que insiste em violentar as organizações políticas autônomas. Como afirma Figueiredo (2003), “a guerra é o espetáculo” nesse contexto.

Se somarmos o fato de que a estratégia de *contrainsurgência* planejada no interior do Estado se utiliza de grupos organizados presentes na sociedade civil, aproximamos de Liguori (2005), para quem a luta política também é uma luta violenta: tanto a *sociedade política* como a *sociedade civil* são espaços de *coerção e consenso*. E nada garante à sociedade o monopólio da via do diálogo. Estado e a sociedade civil estão fracionados de cima a baixo por concepções múltiplas de sociedade, que por vezes se assumem como antagônicas e diametralmente opostas.

Num país como o México, em que o *status quo* parece muito bem fundado em grupos, sindicatos, associações patronais e partidos que ocupam e monopolizam a intermediação da sociedade com o Estado (ZERMENÓ, 1997), não é de se surpreender que a luta pelo reconhecimento de direitos indígenas, como aqueles formaliza-

dos pelos *Acordos de San Andrés* (não reconhecidos), tenha sido precedida por uma irrupção social violenta, pela luta armada e pela ação repressiva imediata. Sentar-se à mesa de negociação com armas apontadas à cabeça não parece ser uma boa forma de iniciar uma *ação comunicativa*, mas é uma boa forma de identificar o opositor.

Acima de tudo, o espaço aberto pelas mobilizações sociais que forçaram o Estado a *engolir* o EZLN como interlocutor criou um mecanismo legal de inclusão política dos rebelados, a exemplo da *Lei para o Diálogo* de 1995. Nessa franja do Estado de Direito, o EZLN tem se articulado a mais de uma década com movimentos sociais espalhados pelo México e evitado sua *deglutição* como partido político que disputa eleições. Mesmo derrotado militarmente, o levante armado motivou a transição democrática do país para um regime de alternância partidária desde 2001, organizou a sociedade civil em torno da luta por direitos universais e forçou a criação de espaços de intermediação entre Estado e sociedade civil. Fazer política significa também redefinir os limites do que é político, do que não é político e do que é legítimo. Sua importância é educativa, cultural e política. Mas defendemos que a causa da repressão ao zapatismo está localizada em um ponto mais caro ao poder.

Desde 1994 as comunidades indígenas de Chiapas têm desenvolvido o autogoverno, garantindo a “gestão coletiva de recursos, o apoio recíproco, a defesa diante das agressões militares, os cuidados com a saúde e a educação, a produção dos mantimentos para a própria sobrevivência e para a dos integrantes do EZLN” (GENARI, 2005, p. 58). As comunidades zapatistas lutam para concretizar e materializar outras relações de poder político, não baseadas na hierarquia das relações de poder, que caracteriza a política do Estado; e outras relações sociais de produção, não fundadas na lógica da exploração do trabalho e da acumulação privada, própria do Mercado. A exemplo das lutas dos movimentos indígenas e camponeses de outros países latino-americanos, a noção de *autonomia* não significa apenas uma negação do Estado e do Mercado lançada a partir do campo da sociedade civil. Por um lado, assume-se como *política cultural* do movimento zapatista nos termos de Dagnino (2000). Por outro, como afirma Ornelas (2005), a autonomia significa uma luta cotidiana que *refunda novas relações sociais num território*. Ela é luta por reconhecimento de direitos a serem incluídos na Constituição mexicana, e também é política da organização junto às suas bases.

Depois de analisar a sistematização da violência oficial e paramilitar contra o zapatismo, sugerimos que aquela visa a atacar especificamente o caráter antissistêmico

concretizado nas experiências de *autonomia*. Isso aponta para a necessidade de uma definição *geográfica do poder do Mercado e do Estado*, para pensar sua superação. Acreditamos também que os movimentos sociais do campo, por fundamentarem suas lutas na ocupação e na reprodução da vida em territórios definidos, causam incômodo imediato ao poder. Não ignoramos a dependência desses movimentos em relação às políticas públicas de assistência, saúde, educação e seguridade definidas no interior do Estado. Mas acentuamos que a definição dos direitos sociais que garantem a posse de um dado território acaba por significar um confronto direto ao funcionamento das relações sociais capitalistas, em países cujo desenvolvimento está baseado na ampliação da exploração econômica dos recursos naturais e na concentração fundiária.

Bibliografia

ARATO, A.; COHEN, J. Esfera pública y sociedad civil. *Metapolítica*, v. 3, n. 9, p. 37-55, 1999.

AVRITZER, Leonardo. Democratic theory and the formation of a public sphere. In: _____. *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2002. cap. 2, p. 36-54.

BORON, A. A selva e a pólis: interrogações em torno da teoria política do zapatismo. In: *Filosofia política marxista*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 203-230.

DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

DAHER, Ricardo. El ejército prepara una agresión al EZLN. 21 de abril de 2008. Disponível em: <www.suramericapress.com>

ENLACE ZAPATISTA. (Relatórios das Juntas de Bom Governo. 2007-2008). Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx>>

EVERS, T. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n. 4, 1984.

EZLN. Cartas, Comunicados e Discursos divulgados

entre 1º de janeiro de 1994 e 18 de maio de 2006. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. Dissertação (Mestrado). Campinas, UNICAMP, 2003.

GENARI, Emílio. *EZLN – passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HILSENBECK, Alexander. *Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do Exército zapatista de Libertação Nacional*. Dissertação (Mestrado). Marília, UNESP, 2007.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Contraponto, 2003.

LA JORNADA. (Reportagens abril-junho de 2008). Disponível em: <http://groups.google.com.br/group/chiapas-palestina>.

LEDESMA, Ernesto. Estamos alarmados por el nivel de agresiones en Chiapas. Crónica del Encuentro de Ledesma con los colectivos de Madrid. 10 de abril de 2008. Disponível em: <<http://redlatinasinfronteras.wordpress.com>>

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréia Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARCOS, Subcomandante. Parte IV – Gustar el café. El calendario y la geografía de la Tierra. In: *Colóquio Ni el Centro ni la Periferia*. San Cristóbal de Las Casas. Dezembro, 2007. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>>.

_____. Parte VII (y última) – Sentir el Rojo. El calendario y la geografía de la Tierra. In: *Colóquio Ni el Centro ni la Periferia*. San Cristóbal de Las Casas. Dezembro, 2007. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>>.

OLVERA, Alberto J. El concepto de sociedad civil en una perspectiva habermasiana: hacia un nuevo proyecto de democratización. *Sociedad Civil*, México, v. 1, n. 1, 1996.

_____. Sociedade civil e governabilidade no México. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ORNELAS, Raul. A Autonomia como eixo da Resistência Zapatista – Do levante armado ao nascimento dos Caracoles. In: CECENÑA, Ana Esther (org.). *Hegemonias e emancipações*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

OFFE, Claus. Los nuevos movimientos sociales cuestionan los límites de la política institucional. In: *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Sistema, 1992.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZERMEÑO, S. O Levante Zapatista no México. Praga – *Revista de Estudos Marxistas*, São Paulo: Boitempo, n. 2, 1997.